

**ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA (ÚNICA REUNIÃO) DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES, REALIZADA NO DIA  
VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE**

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Amares e no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, realizou a Assembleia Municipal de Amares a **quinta Sessão Ordinária** do corrente ano, única reunião, a que presidiu o excelentíssimo senhor Presidente da Mesa - **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, coadjuvado pela Primeira Secretária - **Maria Gracinda Viegas Ferreira Louro Faustino** e pela Segunda Secretária - **Sofia Amélia Araújo Pinto**, e em que participaram os excelentíssimos membros: **Grupo Municipal do Partido Socialista** – Francisco António Pereira Alves, Sofia Raquel Fernandes de Sousa, João Batista Veloso, Mário Mendes, Paula Filomena Ferreira da Silva, João Luís Pereira Teixeira, Valéria da Silva, João Carlos Taveira Ribeiro e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: de Dornelas – Reny Manuel Vilela Xavier (Representante legal), de Bouro (Santa Maria) - Elisabete Barbosa da Cunha e da União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros – Paulo Jorge Almeida Gomes; **Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro** - Agostinho Vilela Pereira Portela (em regime de substituição), João Luís Veloso Alves Esteves, António Jorge Ferreira Pinto, Manuel Moreira Bastos, José Maria Fernandes da Silva e pelos srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos – José Manuel Fernandes Almeida, de Fiscal - Augusto Fernandes Rodrigues Macedo, de Goães - Adelino José Peixoto de Sousa, de Lago – Delfim Manuel Silva Rodrigues, de Rendufe – Domingos de Almeida Alves e União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas – Rui Manuel Maia Tomada; **Grupo Municipal do Partido Social Democrata** - Elisabete Maria Martins de Macedo, Martinho Gonçalves Antunes Braga e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Amares e Figueiredo – Alberto Martinho Antunes, de Bouro (Santa Marta) - Carlos Manuel Vilela Pereira Portela e de Carrazedo – João Manuel Vieira Soares; **Grupo Municipal do CDS-PP**: Rafael Jesus Santos Pereira (em regime de substituição), Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro e o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barreiros – Silvério de Jesus Barroso da Silva; **Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária**: Amândio Jorge da Cunha Antunes; **Presidentes de Juntas de Freguesia – Mandatos Independentes**: da Freguesia de Bico - Fernando Daniel Fernandes Soares, Freguesia de Caires - Pedro António Rodrigues da Silva e da União das Freguesias de Torre e Portela – António Emanuel Afonso Ribeiro. -----

O sr. presidente da Mesa da Assembleia, comunicou as substituições feitas, nos termos do disposto no artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 janeiro, 67/2007, de 31 de dezembro, pelos seguintes membros: **José Lopes Gonçalves Barbosa**, durante o dia 28 de novembro de dois mil e catorze, integrados no Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro (MIAP), substituído pelo eleito imediatamente a seguir na ordem

da respetiva lista, **Agostinho Vilela Pereira Portela**, que fora devidamente convocado; **João Maria Gonçalves Pereira de Oliveira**, integrado no Grupo Municipal do CDS/PP, no período entre dezasseis de novembro de dois mil e catorze e quinze de dezembro de dois mil e catorze, pelo eleito imediatamente a seguir na respetiva lista, **Rafael Jesus Santos Pereira**, que fora devidamente convocado. Tendo-lhes sido verificadas as suas identidades e legitimidades, passaram os mesmos a participar. Seguidamente, o sr. presidente da Mesa da Assembleia, comunicou que o sr. presidente da Junta de Freguesia de Dornelas - **António de Araújo Paredes**, integrado no Grupo Municipal do Partido Socialista (GMPS), comunicou, por escrito, nos termos do disposto na al. c), do artº 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a sua substituição, durante o dia vinte e oito de novembro de dois mil e catorze, pelo representante legal por si designado: **Reny Manuel Vilela Xavier** – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Dornelas, que se encontrava presente na sala. Tendo-lhe sido verificada a sua identidade e legitimidade, passou o mesmo a participar. -----

**AUSÊNCIAS:** Verificado o mapa de presenças e feita a chamada não foram registadas quaisquer ausências. -----

**PRESENCAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO:-** Estiveram presentes os excelentíssimos Presidente da Câmara Municipal senhor Manuel da Rocha Moreira, os senhores Vereadores: Júlia Ribeiro da Silva (em regime de substituição), Isidro Gomes de Araújo, Jorge José Tinoco Ferreira, Sandro Miguel de Macedo Peixoto e Maria Filomena da Silva Araújo. **AUSÊNCIAS:-** sra. Vereadora Cidália Maria Alves de Abreu, por motivos de licença de parental, tendo-lhe sido justificada a falta. -----

Secretariaram a reunião o Técnico Superior - Rui Agostinho Gonçalves Veloso e a Coordenadora Técnica - Augusta Luísa Pinheiro Fernandes da Silva, que haviam sido designados para o efeito. -

A Ordem do Dia para esta sessão era a seguinte: -----

**PONTO 1 – PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014/10/27);** -----

**PONTO 2 – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – LEI N.º 8/2012 DE 21/02, REGULAMENTADA PELO ARTº 12.º, DO D.L. N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27);** -

**PONTO 3 – PROPOSTA RELATIVA ÀS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – ARTº 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27);** -----

**PONTO 4 – PROPOSTA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO DE VARIÁVEL NO IRS – ARTº 26.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27);** -----

**PONTO 5 – PROPOSTA RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – ARTº 106.º, DA LEI N.º 51/2011, DE 13 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27); -----**

**PONTO 6 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27); -----**

**PONTO 7 – AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 133.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA: DE BARREIROS; DE BICO; DE BOURO (SANTA MARIA); DE BOURO (SANTA MARTA); DE CAIRES; DE CARRAZEDO; DE DORNELAS; DE FISCAL; DE GOÃES; DE LAGO; DE RENDUFE; DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO; DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FERREIROS, PROZELO E BESTEIROS; DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TORRE E PORTELA; DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILELA, SERAMIL E PAREDES SECAS; -----**

Às vinte e uma horas e trinta minutos, verificando-se que estava reunido quórum e em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 4, do artigo 13.º do Regimento desta Assembleia, o senhor presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. -----

----- **ATA DA SESSÃO ANTERIOR:-** Tendo o texto da ata indicada em epígrafe sido previamente distribuído a todos os elementos da Assembleia Municipal, foi dispensada a sua leitura de harmonia com o disposto no artº 57.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. E, não havendo retificações a fazer, o sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a ata da 4.ª Sessão Ordinária de 2014, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ANÁLISE À ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE AMARES** (al. c), do n.º 2, do artº 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARREIROS (CDS-PP):-** Referiu, passado que está pouco mais de um ano desde o início de funções deste Executivo, destacou uma frase que lhe ficou na retina proferida pelo Sr. Presidente da Câmara aquando da sua tomada de posse, citou: “Comigo não haverá um amarense de primeira nem de segunda. Comigo, o Concelho caminhará a uma só velocidade”. Pediu que lhe permitissem a veleidade, pois, pela sua localização geográfica, a Freguesia de Barreiros é provavelmente das Freguesias do Concelho de Amares com maior potencial de crescimento demográfico. Situa-se num espaço privilegiado, onde a distância dos principais distritos do país seduz todos aqueles que preferem a aldeia à cidade para viver. Mas quem escolhe a periferia aos grandes centros para viver procura, sobretudo, aquelas que possuem espaços educativos e infraestruturas viárias que lhes permitam

rápido acesso ao local de trabalho, espaços de lazer, etc. Disse que Freguesia de Barreiros tem sido esquecida pelo Município de Amares. O investimento até agora realizado, comparado com o que foi efetuado noutras freguesias, é manifestamente residual. No que se refere aos espaços educativos, no passado, fora-lhes tirada a Escola Primária apesar de Barreiros possuir o número mínimo de alunos exigidos por lei. Esta mudança não teve o superior interesse dos alunos, nomeadamente ao nível da sua segurança e da sua atenção e concentração, que considera tão importantes para o sucesso escolar. No que concerne às infraestruturas viárias, apesar das carências serem generalizadas, destacou três problemas estruturais. Relativamente à Rua da Pena, estrai a emissão de um alvará de licença de construção de uma Rua sem as dimensões mínimas legalmente exigidas. Recentemente uma doente oncológica, entretanto já falecida, necessitava recorrentemente de ir ao hospital receber tratamento e, não conseguindo aceder à habitação, os Bombeiros tinham que transportá-la em maca e fazer a pé um percurso de cerca de 150 metros. No que se refere à ligação do Caminho Municipal 568 com o CM 1250, através da Rua do Sameiro e da Rua de Passos, o seu estado tenebroso está constantemente a colocar em risco pessoas e bens. Salientou que é uma das principais artérias de Barreiros, uma vez que liga um dos principais acessos à Freguesia, bem como serve duas empresas transportadoras de mobiliário. No entanto, o descarregamento de camiões é feito a uma distância aproximada de 500 metros da oficina. Esta situação ocorre porque a estrutura viária está em muito mau estado e não tem dimensões necessárias para a circulação de um camião daquela natureza. Sobre este assunto, referiu que o anterior presidente da Junta, em 27 de Junho de 2006, disse na Assembleia de Freguesia que ia ser feito um levantamento topográfico por parte dos técnicos da Câmara, a fim de se proceder à execução de projeto com vista ao processo de desapropriação dos terrenos e permitir o alargamento em questão. ~~~~~

~~~~~ **VÍTOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO (CDS-PP):**- Reiterou a sua preocupação em relação ao atraso já com mais de seis meses na celebração dos acordos de execução com vista à transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Confessa que, hoje, já encontram muitos Municípios com esta situação fechada e muitos delas, neste momento, até já se encontram em processo de avaliação deste processo de transferências. Compreende a complexidade deste processo. Os membros desta Assembleia que estão muitas vezes envolvidos e por dentro destas características técnicas, compreendem as dificuldades, nomeadamente por parte de muitos Presidentes de Junta. Recordou muita entropia que também se vai criando pelo meio, com o propósito de impedir que este processo avance. Mas tem pena que Amares ainda não tenha fechado este processo. É certo que este Decreto-Lei, pela sua complexidade, traz para cima dadas questões como a igualdade ou a não discriminação. E sobre este ponto tem uma interpretação da Lei um pouquinho acima da igualdade. Referiu que a igualdade é, hoje, um conceito abandonado, pois fala-se mais em equidade. Deu como exemplo, cita-se: “se tivermos dois indivíduos que um recebe mensalmente cem euros e outro recebe cinco mil euros, se, por um qualquer momento, der cem euros a cada um, está a cumprir com o processo de igualdade.”

Na verdade, sabem hoje que aqueles que recebem apenas cem euros, naturalmente, têm muito mais necessidades do que propriamente o que recebe cinco mil euros. Por isso, atualmente, a questão da igualdade está abandonado e fala-se muito em equidade, isto é, “comparar os iguais com os iguais, os pequenos com os pequenos e comparar os grandes com os grandes.” Considera que este atraso/impasse sucessivo começa, de facto, a afetar a todos, nomeadamente quando são de Amares e têm este processo em aberto. Não concorda naturalmente com o modelo que o Município está a adotar. Compreende-o, mas de qualquer das formas não o considera um modelo mais adequado. E os resultados estão à vista pela complexidade e dificuldade, não ajudando o Sr. Presidente da Câmara e, naturalmente, o concelho de Amares. Numa altura em que já deveriam estar a avaliar a própria aplicação da Lei e porque, para além de gostar de criticar, gosta de apresentar soluções a seguir, sugeria que se optasse por uma matriz objetiva. Uma matriz objetiva que pode ser ponderada por critérios de suscetibilidade e de Freguesias até com maiores debilidades e essas serem beneficiadas depois no fator de ponderação. Sugere ainda que defina, em primeiro lugar, quanto quer e quanto pode distribuir em cada uma das competências. Estas estão tipificadas e é fácil aferir quanto é que o Município pode despende para cada uma delas. Nesse sentido, será fácil fazer a distribuição equitativa. Exemplificou para a categoria da limpeza das vias e espaços públicos, parecendo-lhe ser mais fácil, depois, replicar para as outras áreas. Os Serviços desta Câmara sabem com certeza quais são os espaços verdes que cada Freguesia tem. Se definir, por exemplo, atribuir cinquenta mil euros para manter este serviço, depois e a partir daí, seria fácil aferir quanto é que cada Freguesia terá a receber. Assim, desta forma, o processo será, porventura, muito mais transparente para os próprios Presidentes de Junta, nomeadamente para compreenderem a complexidade que esta Lei comporta. Se uma Freguesia com quinhentos metros quadrados de área verde receber o dobro de outra que apenas tem duzentos e cinquenta metros quadrados, certamente, nenhuma ficará melindrada. Assim, é natural que uma Freguesia que não tenha processo de espaços verdes não receba absolutamente nada, porque estas transferências são para manter o serviço a que esteja obrigada a prestar. Entretanto, compreende a incapacidade de alocar a componente financeira face às dificuldades, nomeadamente das heranças de dívida, mas gostava de ver o Concelho a não estagnar. Portanto, gostava de por ver darem um salto em frente e, eventualmente, na próxima Assembleia Municipal possam fechar este processo. Recorda que os Acordos de Execução não significam um aumento da despesa do Município, pois apenas se transfere aquilo que a Câmara eventualmente gasta hoje. Uma vez que passa as competências passa também aquilo que a Câmara eventualmente gasta neste momento. Compreende a opção pela redução do passivo, mas, apesar de fundamental, também não será melhor solução condicionar onerando as próprias Freguesias. Sabem qual vai ser o reflexo no futuro destas condicionantes e, na altura, poderão constatar que algumas Freguesias possam não vir a cumprir devidamente estas responsabilidades. Nessa altura será o Concelho que sairá a perder. Seguidamente, em nome do seu Departamento, felicitou a colaboração desta Câmara Municipal com a Universidade do Minho, deixando o agradecimento pela visita ao Concelho de

Amares, inserida no 14.º Colóquio Ibérico de Geografia. Enfatizou que Amares, felizmente, conseguiu superar concelhos como Braga e Guimarães. Deixa-o feliz enquanto amarense e enquanto investigador e, com certeza, também o Concelho ficará satisfeito. Atravessaram as terras de Amares cerca de quinhentos congressistas que de outra forma não conheceriam o que é de facto o concelho de Amares. Assim, efetivamente, 10% puderam presenciar e pensa que o Sr. Presidente partilhará consigo a felicidade e orgulho que esta gente teve em visitar o Concelho com tantas potencialidades e que, infelizmente, set têm esquecido delas muito constantemente. Salientou que foi pelas Freguesias mais pequenas do Concelho que esta gente passou e que delas saiu de forma deslumbrada com o concelho de Amares. Deixou um obrigado, por isso, ao Sr. Presidente da Câmara pelo seu empenho pessoal e tem que o reconhecer, mas também e fundamentalmente, porque não estaria a ser justo, extensível aos funcionários que estiveram na Universidade do Minho, pelo trabalho exemplar que fizeram e aos técnicos alocados alocou para o acompanhar no processo da organização desta visita, que também foram exemplares. -----

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA (PSD)**:- Referindo-se à rotunda de ligação entre a Avenida Santo António e a Rua de Cintura, crê dever alertar para a situação de risco rodoviário resultante da remoção das estruturas de proteção à construção do edifício do mercado municipal. Verifica-se que o campo de visão entre essas artérias ficou significativamente limitado pela estrutura do edifício. Entende que este problema podia e devia ter sido evitado a montante, aquando a elaboração projeto e a respetiva apreciação e aprovação por parte do poder político na altura em exercício. Assim e criado o problema, crê que será necessário agora avaliar e implementar medidas que minimizem o risco de acidente naquela zona. Deixa o alerta ao Executivo. Seguidamente, embora já tenha partilhado o assunto com o Sr. Presidente da Câmara, alertou para uma questão de Saúde Pública, isto é, basicamente existe um problema grave no funcionamento do sistema de saneamento na Rua Francisco Bernardo de Sousa Monteiro, em Ferreiros, que é paralela à Avenida de Santo António. Esta situação já originou várias reclamações por parte dos moradores que estão preocupados, naturalmente, com as consequências mais graves que possam daí resultar. De imediato, o mau cheiro e questões relacionadas a atração de insetos são as situações muito indesejáveis para os moradores. Independentemente de quem é a responsabilidade direta de resolver esta situação e considerando tratar-se de uma questão de saúde pública, defende ser necessário que os órgãos de gestão local atuem com determinação e urgência no sentido de garantir uma solução. Não podem aceitar que este tipo de situações perdure no tempo tal como tem acontecido. Seguidamente, louvou a iniciativa de um conjunto de pessoas que, de forma genuína e preocupada, decidiram criar recentemente a Associação “Os Amigos do Mosteiro de Rendufe.” Acreditam ser uma mais-valia importante na promoção e defesa do Mosteiro de Santo André de Rendufe. Afiançam também que esta Associação será acarinhada e apoiada na sua missão por todos os responsáveis políticos. Deixou um bem-haja do Grupo Municipal do PSD às pessoas que lideram este processo e pela iniciativa. Deixou uma nota de congratulação pela aprovação da candidatura do projeto de modernização do Complexo

Desportivo das Cachadinhas em Caldelas. Acreditam que este equipamento será importante para a promoção e desenvolvimento da prática desportiva na Região. Por fim, deixou uma nota de satisfação pelo facto de os Vereadores da Câmara Municipal terem aprovado na sua última reunião o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude. Recordou que a proposta resultou do trabalho realizado pela Comissão criada no âmbito desta Assembleia Municipal. É mais um passo importante neste processo e que tem por objetivo disponibilizar uma plataforma de intervenção política para a juventude. -----

----- **MANUEL MOREIRA BASTOS (MIAP):**- Informou que fora recentemente criado um índice de transparência municipal que mede o grau de transparência dos Municípios, através da análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos seus *websites*. São analisados setenta e seis indicadores, como impostos, taxas, contratualização pública, regulamentos, transparência económico-financeira, entre outros. No índice recentemente publicado, referente ao ano de dois mil e catorze, o Município de Amares desceu trinta lugares em relação ao ano anterior, sendo o pior Município do distrito nesta Avaliação. Assim, quando houve uma melhoria geral das classificações obtidas Amares desceu. Assim sendo, perguntavam ao Sr. Presidente se tem alguma explicação para o sucedido e o que pensa fazer para inverter esta tendência? Relativamente ao Mercado Municipal, sabem todos que o prazo para conclusão da obra já foi ultrapassado há muito tempo, estando previsto no protocolo penalizações pelo não cumprimento do mesmo. Assim sendo, gostariam que o Sr. Presidente informasse esta Assembleia sobre o ponto de situação do Mercado Municipal, pois é uma estrutura importante para o Município. Relativamente ao acordo de execução com as Juntas de Freguesia, embora já tenha sido abordado anteriormente pelo colega de bancada, gostavam de saber qual o ponto de situação e quando terão o documento para ser analisado e votado por esta Assembleia. Referindo-se à Galeria de Artes, situada em Ferreiros, lembrou que era um local onde alguns cidadãos, sobretudo reformados, aproveitavam para ler jornais diários ali existentes. Contudo, desde há algum tempo a esta parte, deixou de haver jornais. Este facto motivou algum desconforto por parte das pessoas que frequentavam o local e liam os respetivos jornais. Não sabe se há alguma justificação para que deixasse de haver jornais diários na Galeria de Artes e crê não tratar-se de uma situação financeira, pois o custo é relativamente pequeno. -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO (PSD):**- Embora seja um assunto exclusivo da Freguesia que administra, pensa que o problema dos parques industriais afeta todo o Concelho. Referindo o site do Município, citou a Missão, a Visão e alguns pontos da Política de Qualidade nele plasmados. Entende ser fácil perceber que os princípios que norteiam a atuação de uma Câmara Municipal estão baseados nos Quadro de Competências legais que lhe estão atribuídas e por diversos Regulamentos que balizam o quadro de atuação, por forma a almejar a satisfação e melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Porém, questiona-se por que razão será que os moradores da zona de Santo Aleixo e São Veríssimo da Freguesia de Figueiredo e Amares estão a viver momentos de angústia e

preocupação? Será que eles têm a razão em estar preocupados? Saliou que o Plano Diretor Municipal (PDM) foi um documento estratégico discutido anos a fio, que foi revisto em dois mil e doze. Este visa orientar o crescimento e o desenvolvimento concelhio e define regras muito claras sobre a ocupação do território. É documento que tem o contributo de vários organismos oficiais dos mais diversos quadrantes e que procura aplicar o quadro legal, nomeadamente definindo formas de atuação que respeitem, quer o crescimento, quer os direitos dos habitantes deste território. Consultando alguns artigos, referiu, é fácil perceber que tudo o que precisamos está lá. Deu o exemplo do artº 7.º, na al. 2, onde diz que as linhas de orientações específicas no número anterior constituem um quadro de referência para apreciação da viabilidade das iniciativas públicas e privadas de ocupação ou transformação do uso do solo, isto é, em termos de avaliação comparativa dos benefícios e custos que possam acarretar para o desenvolvimento sustentável do Concelho. Citou o artº 16.º e que tem muito a ver com o assunto a que se estava a referir. Assim, considera que esse artigo é muito importante. Seguidamente, referiu-se e citou o disposto no artº 17.º também do PDM e em relação à exigência de infraestruturacão. Considera que estes são alguns exemplos onde podem facilmente constatar que os Regulamentos salvaguardam e defendem os interesses dos moradores. Porém, têm que concordar que os referidos moradores podem e devem estar preocupados. Considera ser muito fácil ver o que se passa na dita zona industrial do Monte de Rabadas. A Câmara Municipal, desde o 25 de Abril, nunca se preocupou em termos próprios sobre os Parques Industriais, porque nunca fez um parque industrial municipal. Disse que “estivemos sempre a viver sobre situaões que foram surgindo por iniciativa de particulares.” Constatam na zona do Monte de Rabadas que o que está atualmente construído vai ao arrepio de tudo o que foi atrás mencionado. Está mal infraestruturado, sem respeito pelos afastamentos das habitaões, sem zonas arbóreas tampão, etc. A revisão do PDM alargou a zona do Parque Industrial para a Freguesia de Figueiredo e colocou uma grande área a paredes meias com zonas habitacionais. O ano passado, a Câmara Municipal autorizou a construçã de uma unidade de recolha e tratamento de resíduos (papel, cartão e plásticos). A empresa iniciou as obras de construçã e, paralelamente, foi fazendo armazém de matéria-prima e sem que tenha terminado as obras, começou logo a tratar esses resíduos. Referiu, como podem os moradores não estarem preocupados, quando estão confrontados diariamente e há vários meses com toneladas de resíduos a céu aberto, pragas de mosquitos, pós e maus cheiros daí resultantes! Trata-se da passagem de camiões, a toda a hora, a velocidades não recomendadas para uma zona residencial. Saliou o pó, a lama na estrada, os barulhos de laboraçã, quer à noite, quer aos fins de semana. Frisou ainda o abatimento do pavimento existente em vários locais, que já começam a provocar fissuras nas habitaões. Estes são alguns problemas que afetam os moradores da Freguesia de Figueiredo e Amares, na zona de São Veríssimo e São Aleixo. Estes amarenses viram a sua qualidade de vida a piorar de um momento para o outro. Viram os seus imóveis desvalorizados, o seu sossego perturbado e a segurança ameaçada. Entende que a Câmara Municipal pode e deve muito bem captar investimento que vise o desenvolvimento e a criaão de



postos de trabalho no Concelho. Mas, em primeiro lugar, também deve defender o bem-estar e a qualidade de vida dos nossos habitantes. A solução destes problemas e outros semelhantes, no seu entender, devem passar pelo planeamento, pelo cumprimento de regras e pela defesa dos direitos dos cidadãos. Considera que o Executivo a que o Sr. Presidente da Câmara preside tem os meios necessários para resolver este problema e tem o dever moral de rapidamente apresentar aos moradores lesados uma solução que resolva em definitivo estes problemas. E, porque a área da futura expansão da zona do Monte de Rabadas está toda na Freguesia a que preside e se lhe era permitido, sugeriu que seja feita um Plano de Formenor e que seja aprovado por forma a vincular quaisquer pretensões futuras de construção na zona em referência. Espera que se resolva o problema fundamental dos acessos, criando um novo acesso adequado à utilização prevista. Que sejam respeitados os afastamentos das zonas habitacionais e demais regras impostas pelo PDM para estes casos. Deixou a todos a seguinte questão: “Alguém gostava de morar numa zona que vai ser atravessada diariamente por dezenas de, cinquenta a sessenta, camiões de grande porte? Num arruamento que, em parte, nem tem passeios, que não está preparado para a passagem diária de toneladas e toneladas destes resíduos? É este o futuro que a Câmara de Amares reserva para aqueles amarenses?” Está certo que não. -----

----- **MÁRIO MENDES (PS):**- Mencionou que, no decorrer do presente ano e em todas as capitais do distrito, decorre a comemoração centenária do início da primeira grande guerra. Nessa fatídica guerra tombaram muitos militares, incluindo portugueses. Pese embora as mortes havidas, também houve homens que com a sua bravura, quer a nível de simples combatentes, quer a nível de comando, superaram, na parte lhes dizia respeito, o conflito em que se encontravam envolvidos. Desses notáveis comandantes faz parte do corpo expedicionário português para a França, em vinte e dois de Abril de mil novecentos e dezassete, inserido na brigada do Minho, o general Adolfo Almeida Barbosa, natural da Freguesia da Torre deste Concelho, designadamente do Lugar de S. Gens. Nasceu em vinte de setembro de mil oitocentos e cinquenta e sete, tendo vindo a falecer quase com setenta e um anos de idade, em vinte e seis de agosto de mil novecentos e vinte e oito. Durante o seu percurso militar recebeu várias distinções sendo de referir: a cruz de guerra de 1.<sup>a</sup> Classe na campanha de França, em mil novecentos e dezassete. Em Portugal, foi grande defensor da República e esteve sempre ao lado dos Republicanos. Combateu as insurreições monárquicas. Dado tratar-se de uma pessoa desta terra, lançou o repto ao Executivo Camarário para que, incluindo no centenário da primeira grande guerra, seja promovida uma homenagem. Em seu entender, seria merecedor de um busto colocado nesta Vila num lugar de relevo, nomeadamente numa Praça, Largo ou Avenida ou Rua com a designação de “Combatentes da Grande Guerra” para lhe dar a dignidade merecida. Salientou que na Freguesia da Torre foi-lhe dado o nome de um arruamento Travessa General Barbosa. Parece-lhe que era merecedor de mais do que uma simples travessa. É que generais de uma terra, sobretudo com este palmarés, não aparecem todos os dias. -----

----- **SOFIA RAQUEL FERNANDES DE SOUSA (PS)**:- Sem querer responder à pergunta que havia sido direcionada ao Sr. Presidente da Câmara, mas porque também ia falar sobre o assunto e porque muito se tem falado sobre o índice de transparência municipal, disse que o referido índice mede apenas a informação disponibilizada no site. Quando diz apenas, não desvaloriza a informação que está acessível aos cidadãos, porque, efectivamente, é um meio de comunicação importante. Mas é apenas e só isso. Esclareceu que já fora feito, junto de todas as divisões municipais, um levantamento com os setenta e seis critérios ou indicadores que estão por base neste índice de transparência municipal. Esse levantamento já está feito e, durante o corrente mês, uma série de informação adicional iria ser disponibilizada no site. Por isso, esperam que em dois mil e quinze o Município de Amares seja dos primeiros. Seguidamente, felicitou o Concelho, porque têm a aprovação do projeto de requalificação do parque de jogos do campo das cachadinhas. É um projeto que ronda os trezentos e vinte e cinco mil euros e que acreditam tratar-se de um equipamento que vai ser muito importante para todos. Certamente que estão todos de parabéns e contentes por isso. Considerando que muito têm falado sobre a valorização daquilo que é património concelhio e daquilo que são as suas gentes, há cada vez mais que valorizar e afirmar a identidade como amarenses, quer entre os amarenses, quer no território mais alargado que é o distrito de Portugal e o mundo. Deixou uma palavra de felicitação e também de alegria, porque uma artesã amarense, conhecida por Sameirinho, foi premiada com um segundo lugar no concurso da Inovarte 2014. É uma artesã que tem trabalhado os linhos, os bordados, os lenços de namorados de Amares que, embora pouco falem deles, são uns lenços muito diferentes dos que há noutras regiões. A D. Sameirinho tem de facto corrido o Concelho a ensinar a arte de bordar e é uma das bordadeiras de Amares que recebeu esse prémio e todos os amarenses estão felizes por isso. -----

----- **AMÂNDIO JORGE DA CUNHA ANTUNES (CDU)**:- Referiu que o Parlamento aprovou, há dias, em votação final global, com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP e os votos contra de todas as oposições, o Orçamento do estado para 2015 e as Grandes Opções do Plano. Chega assim ao fim o processo legislativo em torno de um documento que não traz qualquer boa nova para os trabalhadores e para o povo, nele permanecendo inalterada a política dos PEC e da troika que tem vindo a afundar o País e a empobrecer os portugueses. Tudo o que de pior nos chegou em nome da troika, e que não foi impedido pela luta dos portugueses ou por decisões do Tribunal Constitucional, por cá permanece, sendo o próprio artigo 239 do OE que o confirma ao manter em vigor todas as medidas e efeitos de natureza temporária, previstos em lei ou regulamentação no quadro do pacto de agressão ou do PEC para 2010-2013. Assim, torna-se necessário proclamar o firme propósito de defender a autonomia do poder Local, consagrada na Constituição da República, e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento do estado para 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento; exigir o cumprimento da lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da república para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das

verbas a inscrever para os municípios e freguesias; protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta; reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades de economia local e às carências da população. A rutura com a política de direita, o Pôr fim a este degradado e pantanoso estado de coisas e ao ciclo vicioso da alternância entre o PS e PSD com ou sem CDS-PP, que nos conduziu à presente situação, tornou-se um imperativo nacional. Portugal precisa de uma política patriótica e de esquerda, de uma política de verdade, tendo no governo pessoas sérias que tenham no centro das suas opções o País, os trabalhadores e o povo. Existem por todo o concelho edifícios que tiveram início de construção e, outros, que se encontram abandonados pelos seus proprietários. São exemplos flagrantes, construções em plena avenida na Vila Termal de Caldelas; na Urbanização dos frades em Rendufe, ou em plena Zona de Proteção ao Mosteiro de Rendufe, junto ao Cruzeiro; o histórico edifício no largo do paço em Lago; o prédio contíguo ao quartel dos bombeiros voluntários; entre muitos outros exemplos. Pergunto-lhe, desta forma, o que pensa o Executivo Municipal fazer com este “monstros” urbanos? Em nossa opinião, a prioridade deve recair sobre o levantamento das situações que existem entendendo as causas que conduziram ao abandono das obras – ainda que, caso sejam de natureza económico-social, deveriam configurar tratamento especial, inclusivamente com apoio à sua conclusão -, e perceber que plano tem cada proprietário para a conclusão -, e perceber que plano tem cada proprietário para a conclusão do seu projeto. Ora, caso não haja respostas satisfatórias, deve, em nosso entender, a Câmara Municipal assumir o seu dever de zelar pelo correto ordenamento do território e determinar o prazo para o reinício das obras, e sua finalização, ou a demolição desses “monstros” que tão má imagem projetam. Finalizando para lembrar que, no passado domingo, representantes da CDU local, acompanhados pela deputada eleita por Braga à Assembleia da república, Carla Cruz, visitou o Mosteiro de Rendufe, aproveitando a ocasião para reunir com a Associação Amigos do Mosteiro, numa visita tão interessante como intrigante, pois apesar das recentes obras da estabilização de paredes, e da colocação de nova cobertura no edifício conventual, verificámos que não existe qualquer plano, por parte das entidades governamentais, para que prossigam as obras indispensáveis no edifício da antiga hospedaria, ao nível da estabilização de paredes, e novas coberturas neste edifício, assim como na Igreja, capela do Santíssimo e Sacristia. Verificámos, de igual modo, que a sinalética que comporta a sinalização turístico-cultural, nomeadamente, os sinais de direção que facilitam a condução do tráfego turístico ao Mosteiro é, manifestamente, insuficiente. Neste sentido, desejaríamos conhecer quais as preocupações que têm ocupado o Executivo da Câmara Municipal, no que concerne a este caso, tão relevante para a implementação de verdadeiras e consistentes políticas de apoio ao desenvolvimento do Turismo, no nosso concelho de Amares. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Admira e respeita a obrigação do Sr. Presidente da Junta de Barreiros em defender os interesses da sua Freguesia. Reitera a frase citada, pois para si não há amarenses de primeira e nem de segunda. Sabe que o Sr. Presidente da Junta tem muitas dificuldades na sua Freguesia e constatou esse facto em vistas conjuntas que fez. Reconhece que não chega só visitar a Freguesia, pois têm que dar as mãos e salienta que o Sr. Presidente da Junta pode contar com o Sr. Presidente da Câmara. Lembrou que tem um ano de exercício na gestão do Município e que todas as Freguesias têm caminhado à mesma velocidade. Espera que nos próximos três anos consiga dar respostas e, sobretudo, a ajudar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia a dar respostas às necessidades mais prementes de Barreiros, pois esse é o seu objetivo, mas sem descurar que os tempos não são fáceis. Sobre os acordos de execução, recorda que há muitos Municípios que ainda não os aprovaram. Tal como já fora aqui reconhecido, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é muito difícil de executar. Já têm os Acordos de Execução praticamente concluídos. Houve, de facto, já alguns avanços e recuos. É verdade e tem um compromisso com todos os srs. Presidentes de Junta de terem um Acordo de Execução muito idêntico a todos, pois a realidade é a mesma. Não concorda muito com a opinião que defende a celebração dos acordos tendo em conta a área. É um princípio que não contesta, mas não lhe parece que seja muito justo, tendo em conta a realidade do Concelho, que é caracterizado por uma baixa densidade e, no qual, não se pode ajustar as coisas pela dimensão. Mas, enfim, é um critério. Esclareceu que foi feito um estudo e, por isso, nada caiu do céu. É o primeiro e, se calhar, com a experiência, ao fim de algum tempo, os mesmos acordos sofrerão reajustes. Recorda que é um dos que defendem que, cada vez mais, devem passar competências para as Juntas de Freguesia, pois são as que melhor conhecem a realidade e que melhor podem dar respostas à população da Freguesia. Todos os srs. Presidentes das Juntas de Freguesia sabem que tem procurado dar toda a ajuda, por forma a poderem trabalhar junto das suas populações. Lembra que se está numa segunda ronda de negociações e espera que, na próxima Sessão da Assembleia Municipal, possam ser aprovados todos os acordos de execução. Há ainda algumas Juntas de Freguesia que não submeteram à aprovação da Assembleia de Freguesia. Há uma ou duas Freguesias que viram os seus acordos sem aprovação do respetivo órgão deliberativo. Embora queira vê-los aprovados em fevereiro, admite que haja já execução com efeitos a janeiro de dois mil e quinze. Para além da verba já atribuída, esclareceu que com os acordos de execução vão transferir mais de cem mil euros do orçamento municipal e considera tratar-se de uma verba significativa. Em relação à referida visita, salientou que é este o papel a desempenhar, pois temos que mostrar o que há no Concelho. Pensa que o objetivo foi atingido. Não lhe parece que seja merecedor de qualquer agradecimento pessoal, pois o que fez apenas foi num contexto e convicção de que o Concelho só evolui no turismo naquilo que é a afirmação que dia a dia se faz passar. Esse foi o objetivo. Sobre a segurança rodoviária, nomeadamente junto do edifício do mercado, lembra que já na altura da aprovação daquele edifício chamaram a atenção para os afastamentos do eixo da via. O problema que se coloca ali é o dos afastamentos. Procurará junto

dos técnicos do Município encontrar a solução para a minimização daquela situação. Em relação ao saneamento que referiu, esclareceu que foram feitas intervenções de limpeza, mas há lá conflitos de interesses e já foi dada uma resposta ao Condomínio. Salientou que, segundo entendimento dos técnicos e juristas municipais, aquela parte é da responsabilidade do Condomínio. É um problema latente que precisa de ser intervencionado. Já se deslocou lá várias vezes e já lá foi com os técnicos. Têm que intervir, mas terão de imputar a responsabilidade a quem de direito. Em relação ao Mercado, recorda que foi uma construção que teve muitos avanços e recuos. Já têm a escritura do edifício e, agora, falta apenas o registo. Já têm as chaves e esperam fazer a inauguração muito brevemente. Também entende que já é tempo a mais e, não lançando culpas a ninguém, tratando-se de um edifício construído já há muito tempo, urge dar-lhe vitalidade. O Regulamento já está feito e vão avançar. Quanto à Galeria de Artes, esclareceu que pretendem criar um espaço mais agradável com sofás, mesa e os jornais e revistas voltarão a ser disponibilizados. Sobre o problema levantado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesia de Amares e Figueiredo e, que conhece perfeitamente, recordou que não foi quem licenciou aquele edifício, pois já vem licenciado do mandato anterior. Porém, agora urge darem respostas e trata-se de uma situação muito complicada. Recorda a visita conjunta que fizeram ao local e à fábrica, reconhecendo que está ali um problema latente e que também não é de fácil resolução. A única solução será abrir uma Rua para a parte do Monte de Rabadas. Durante o dia, havia reunido com os técnicos municipais, por forma a conseguirem uma solução adequada para aquela situação. É verdade que há a previsão de uma passagem de doze camiões por dia. Não lhe interessado muito o passado, o que agora importa é a resolução do problema. A solução que têm de definir é a continuação da laboração da empresa, mas com a limpeza daquele lixo até fevereiro. Depois de ouvir o Sr. eng<sup>o</sup> José Manuel Machado, entende que se deve fazer uma reunião com os habitantes daquela zona e dar-lhes a conhecer uma solução que eles percebam e, sobretudo, que fiquem menos afetados. Mandar parar a laboração não acautela o futuro. Sobre os edifícios em construção e abandonados, reconhece que se sabe o que existe e procurar-se-á ver como dar resposta. Não existe capacidade para investir e demolir seria a última opção, mas há necessariamente que se fazer algo. Sobre o Mosteiro de Rendufe, informou que estão em contacto com o Sr. Diretor da Cultura e já tiveram várias reuniões. Adiantou que o Sr. Diretor tem como propósito fazer uma candidatura ao novo QREN para concluir a obra. -----

----- Foi pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia submetido à votação do Plenário o agendamento de um novo Ponto na Ordem do Dia, nomeadamente com fundamento no carácter de urgência, sendo: PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGOS DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA E DIVISÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-11-24). Postos à votação e na forma de braço no ar, foram aprovados, por unanimidade, os seus agendamentos na Ordem do Dia como: **PONTO 8 – PROPOSTA DE**

**APROVAÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGOS DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA E DIVISÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-11-24).-----**  
-----

**ORDEM DO DIA**

**PONTO UM – PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014/10/27); -----**

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA (PSD):-** Informou que esta é a segunda proposta de orçamento do atual Executivo, que assume cada vez mais a responsabilidade sobre o atual estado de desenvolvimento em que se encontra o Concelho. Após um ano de experiência acumulado com tempo suficiente para conhecer os problemas e aprofundar as temáticas relevantes à gestão autárquica, a expectativa para este documento em relação ao anterior era naturalmente mais elevada. Contudo, tal situação não se confirma. Disse que, aliás, o retrato global traçado pela proposta de Orçamento e o PPI revela um modelo de gestão corrente com dificuldade de projetar uma visão política para o desenvolvimento do nosso Concelho. Começando com uma análise técnica, reconhecem o rigor e transparência traduzida no desenho do orçamento e elaboração do documento apresentado. Neste contexto, uma nota menos positiva relacionada com o facto de o documento não conter análises comparativas entre a proposta de orçamento apresentada e as propostas dos anos anteriores. Considera esta a informação relevante para avaliar e compreender tendências de evolução estruturais em matéria orçamental. Pelo que deixam como recomendação que na próxima proposta de orçamento exista uma secção que aprofunde esta matéria. No plano de análise mais político e que considera o mais relevante, destacam pela positiva e com agrado o foco na ação social, que consideram ser um contributo importante, sobretudo, neste contexto difícil para a nossa sociedade, em particular para aqueles que estão mais expostos às dificuldades e como é o caso de crianças e idosos e pessoas carenciadas. Naquilo que diz respeito a aspetos menos positivos, é com preocupação que analisam o orçamento proposto. Trata-se de uma proposta pouco arrojada e que dificilmente permite resolver problemas estruturantes. É com surpresa que ficam de alguma forma com a perceção que o Executivo, após um ano de governação, começa a acusar alguma cansaço político. Seguidamente, propôs-se a analisar em concreto o desenvolvimento económico e criação de emprego, que, a ver do PSD, é bastante relevante para a nossa realidade. Sobre este assunto perguntava: Qual a estratégia do Executivo? Que estratégia é que está plasmada no documento? Que medidas ou iniciativas estão inscritas no orçamento para potencial o desenvolvimento económico com particular relevo na alavancagem da criação de emprego? Considera que criar um Gabinete de apoio ao Empreendedorismo é seguramente uma medida importante, mas não suficiente. Não pode ser visto como um fim em si mesmo. Precisa de um enquadramento político

adequado, de linhas orientadoras bem definidas, ter eixos de desenvolvimento claros, previamente identificados e considerando as potencialidades dos recursos do Concelho. Um Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo sem um quadro de atuação objetivo e sem rumo definido, incorre no risco de se traduzir apenas num custo sem retorno desse mesmo investimento. Acreditam, por isso, que a criação de emprego deve ser potenciada através de políticas de incentivo ao desenvolvimento económico devidamente articuladas com os objetivos e apoios disponíveis no próximo Quadro Comunitário de Apoio. Neste contexto, o orçamento é um instrumento de gestão fundamental. E o orçamento é isso mesmo, um pacote de opções políticas, com o devido cabimento orçamental para implementar as soluções que resolvam os problemas reais das pessoas, das famílias e das organizações. De seguida, abordou outro problema que consideram bem concreto e não menos importante, aliás, já referenciado pelos vereadores do PSD. Assim, referiu ser conhecida a situação precária e debilitada em que se encontram alguns sistemas de tratamento de águas residuais, como é o caso da ETAR de Ferreiros. Considera que este é um problema grave, que precisa de uma solução urgente e autónoma e sem implicar qualquer tipo de condicionalismo futuro noutras áreas igualmente relevantes. Não podem incorrer na tentação de receber hoje um presunto para amanhã dar o porco inteiro. É preciso um plano de gestão das infraestruturas que seja sustentável na sua manutenção e modernização. A ação política tem de ir para além das festividades e atos comemorativos. Tem de agarrar os problemas e garantir soluções. A posição do PSD na Assembleia Municipal está em consonância dos seus Vereadores. Entendem que esta proposta de orçamento para dois mil e quinze consubstancia as opções políticas do executivo e não a visão do PSD. Contudo, sendo este um documento importante para a estabilidade da governação autárquica, o PSD opta por uma posição crítica, afirmativa, mas simultaneamente responsável. Assim sendo e pelo exposto, a orientação seria de abstenção.-----

----- **JOÃO LUÍS VELOSO ALVES ESTEVES (MIAP):**- Referiu que não podem olvidar que os documentos ora em causa são de índole política, abrangendo, assim, opções que estão inerentes ao nível Plano e do rumo que o Órgão Executivo pretende para o futuro. Pese embora seja visível a preocupação com o rigor orçamental e na valorização social, importa sublinhar que já perfez um ano desde a entrada em funções deste Executivo e que, por isso, já houve tempo suficiente para as fases de análise e experimentação. Ora, o Grupo Independente Amares Primeiro entende que este orçamento para dois mil e quinze, o segundo ano do mandato, fica aquém das expectativas, não se vislumbrando aqui qualquer medida que possa considerar-se bandeira para ano de dois mil e quinze. Sublinham o facto de o PPI se encontrar praticamente a zero, o que faz pressupor a não realização de candidaturas por parte do Quadro Comunitário. Numa altura em que a atividade camarária está concentrada na utilização de políticas de rigor orçamental, é fundamental existir também uma estratégia de futuro, atrevimento e coragem. Fatores esses que não se vislumbram neste documento e sem os quais nenhum Município se consegue desenvolver. Incidindo a sua análise sobre o orçamento, é preocupante a diminuição da verba afeta à

habitação digna, passando-se de oitenta para cinquenta mil euros. Realçou o facto de este Relatório não contemplar rubricas como as atividades económicas e a modernização administrativa, assim como a ausência de orientações claras para o futuro do Concelho, nomeadamente no que diz respeito ao lançamento de obras para o ano que aí vem, tal como já referira. Importa também chamar a atenção para a política de atribuição de subsídios, de forma a que sejam, efetivamente, verificados os relatórios e planos de atividades das instituições a que os mesmo são atribuídos e, assim, atestar a aplicabilidade prática dos mesmo, de forma a justificar-se essa mesma atribuição. Pelos referidos motivos e pelo facto dos documentos em causa serem meramente políticos, por traduzirem as ideias de quem os gere, o MIAP iria abster-se na votação quanto a este ponto. -----

----- **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES (PS):**- Verifica-se que a proposta de orçamento do Município de Amares para o ano de dois mil e quinze, aprovado em reunião da Câmara Municipal, se perfila, de forma inequívoca, pelo controlo da dívida global incidente na seletividade e na redução da despesa municipal herdada. Nele, destacamos os seguintes objetivos norteadores que estruturam o presente Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos: 1. A existência de um plano estratégico de desenvolvimento em torno do turismo, uma identidade e uma marca para Amares, confinados à valorização do território, do património, das pessoas e dos produtos locais. 2. Aposta na impulsão e na qualificação dos produtos turísticos. 3. A dinamização e envolvimento do tecido associativo e do setor privado em torno de ações que consintam uma afirmação, cada vez mais forte, das características que diferenciam o nosso concelho. 4. A criação do gabinete do empreendedorismo para a ativação do desenvolvimento económico e da atração e fixação das pessoas e empresas, seja no sector da restauração e hoteleiro, seja na revitalização do comércio da nossa terra, seja na valorização das atividades produtivas locais. 5. Valorizamos a precedência dada à educação, onde tudo começa, e à cultura, sectores indispensáveis para que haja, de fato, crescimento e desenvolvimento no nosso concelho. 6. Relevamos a aposta no combate à pobreza e exclusão social que têm passado e continuarão a passar, com certeza, pelos destacados e já conhecidos apoios aos alunos do Agrupamento de Escolas de Amares, pelas intervenções e melhoramento dos Centros Escolares e respetivas cantinas, pelos apoios às instituições culturais, desportivas e de Solidariedade Social existentes no concelho, pelos apoios à habitação, à comparticipação de medicação para as crianças e idosos carenciados e pela aposta na atenção à necessidade da capacitação das pessoas, facto que lhes permitirá adquirir competências para o exercício de atividades, sobretudo melhor remuneradas. 7. A avocação na área cultural de uma postura enérgica, proactiva e inovadora, cúmplice da fidelidade às tradições, particularmente importante, porquanto pretende ser agregadora das pessoas e instituições, criando hábitos de participação, na realização e na consolidação de eventos que só com conhecimento, vontade e empenho de todos terão o alcance cultural e económico desejáveis. Este objetivo apresenta-se como um desafio para qualificar e prosseguir Amares, dentro do apreço pela nossa singularidade, pela nossa essência anímica e pelas raízes que nos



identificam e diferenciam, na nossa forma de ser, pensar e agir. 8. Do reforço e da inovação de feitos culturais que honrem a terra e os seus filhos mais notabilizados, na literatura e outras intervenções, ou atividades circunscritas ao nosso meio, ao país e ao mundo. Da aposta em exposições, palestras, conferências, debates, eventos musicais, no teatro, na poesia, concertos de Natal, Ano Novo e Reis, incluindo, entre outros, o Encontro de Cantares de Reis e ao Menino! 9. Ressaltamos o apoio e a inovação pretendidos pelo executivo camarário, no que se refere ao Festival das Papas de Sarrabulho, da Feira Franca de Amares, Carnaval, Festas Concelhias e a tradição da travessia do rio homem, na Páscoa, em Fiscal. 10. A valorização das nossas paisagens, dos nossos miradouros naturais e seus acessos, as zonas ribeirinhas, onde, desde há muito, faltam espaços de lazer, os percursos pedestres e ciclovias, o parapente e a canoagem, o percurso concelhio da Jeira e a sua interligação com territórios cercanos, propicia ao conhecimento histórico, conveniente a profícuas caminhadas e ao já habitual e concorrido ultra-trail, numa diversidade de percursos que promovem práticas/atividades desportivas saudáveis e aventureiras, desafiando e explorando os limites pessoais, convidando à descoberta, ao desenvolvimento da capacidade humana e individual, bem como à libertação de emoções, no seio da Natureza. Não podemos deixar de referenciar a aposta na intensificação de iniciativas relacionadas com os nossos monumentos emblemáticos, a divulgação das nossas aldeias típicas, as casas de turismo e as Termas de Caldelas. 11. Apraz-nos, sobremaneira, a confirmação da vincada aposta na requalificação do Monte de S. Pedro Fins, espero desta vez ser, finalmente, ouvido, incluindo as acessibilidades e suportes logísticos aos visitantes amigos da natureza, do sol e do ar puro. Honra-nos o facto e a determinação na requalificação das margens dos rios Homem e Cávado, com acomodação de praias fluviais, zonas de lazer, parques de campismo e caravanismo. Prezamos a requalificação do Parque de Merendas do Alto dos Quatro Caminhos / Casa do Guarda, incluindo as acessibilidades que vão de Santa Maria de Bouro ao recinto de Nossa Senhora da Abadia e, daqui, aos Quatro Caminhos. 12. Destacamos a inclusão da requalificação do Mosteiro de Rendufe e o seu aproveitamento cultural, já possível, sem se interromper o diálogo com a Direção Regional da Cultura, no sentido de afirmarmos, veementemente, a atenção que este monumento a todos nos merece. 13. Revemo-nos na necessidade e na pertinência deste executivo, no que se refere à requalificação urbana de algumas das principais praças e largos do nosso Concelho e suas zonas envolventes, bem como embelezamento e, claro, assim esperamos, da manutenção das nossas rotundas e organização da publicidade e sinalética. 14. Para tudo isto, tal como o Executivo Camarário, sentimos a necessidade da criação, ou alargamento de um *Gabinete de Projetos Comunitários*, mesmo que, para isso, seja essencial recorrer a contratações temporárias dos serviços de técnicos especialistas em candidaturas a programas comunitários, uma vez que o trabalho, já se vê, irá ser mesmo muito, no intuito de estarmos preparados e atuarmos, atempadamente, no momento da apresentação das mesmas candidaturas. Existe, sabemos, no Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020, um reforço de verbas para as regiões menos desenvolvidas, concentrado no objetivo

da competitividade das empresas criadas e/ou a criar, com objetivos económicos que, inevitavelmente, apostarão no desenvolvimento e na criação de emprego. O novo *Quadro Comunitário* constitui, por isso, uma oportunidade a não desperdiçar a fim de garantirmos ao concelho de Amares o dinamismo cultural, económico e social e, assim, assegurar a fixação da sua população atual e vindoura. Eis por que o Partido Socialista aprovará, sem reservas, o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2015, o qual se destina, distintamente, a melhorar o nosso concelho e a garantir a qualidade de vida da população amarense! Terminou, desejando, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista de Amares, a cada um, presente na sala, aos seus familiares e a todos os Amarenses, um Feliz Natal e um ditoso Ano Novo de dois mil e quinze! -----

----- **PAULA FILOMENA FERREIRA DA SILVA (PS)**:- Sublinhou que o clima de instabilidade económica que ainda se faz sentir no nosso país, associado ao seu baixo crescimento económico, tem vindo a exigir um reforço progressivo da disciplina orçamental, nomeadamente no que diz respeito à vinculação da despesas e da receita e às regras de endividamento. A proposta de orçamento deste Município para o ano de dois mil e quinze tem em conta esta realidade e define de uma forma clara um plano estratégico de desenvolvimento para o Concelho. Todos sabem que o documento em análise apresenta previsão anual das receitas, bem como das despesas. Contudo e porque é preocupação fundamental deste Executivo cumpri-lo e não apresentá-lo de uma forma arrojada, é possível constatar o rigor e a prudência com que foi elaborado. Uma das fontes de receita das autarquias locais são os impostos diretos, onde se inclui, entre outros, o imposto municipal sobre imóveis. Por opção de gestão para o orçamento de dois mil e catorze, o Município de Amares fixou todas as taxas do IMI no limite mínimo estabelecido no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Para o orçamento de dois mil e quinze e tendo em consideração a conjuntura económica e financeira nacional, bem como os esforços financeiros adicionais que têm sido exigidos os cidadãos, conjugado com o equilíbrio financeiro que o Município de Amares conseguiu, mantém-se aquelas taxas no mínimo. Frisou que a existência de custos fixos é inevitável no funcionamento de qualquer instituição. Mesmo assim este Executivo prevê uma redução da despesa no ano de dois mil e quinze e compromete-se a amortizar em setecentos e noventa e um mil e trezentos e quarenta euros o valor em dívida constante na rubrica de empréstimos obtidos de médio e longo prazo. A definição rigorosa e prudente da receita e da despesa corrente, premissa nas quais se baseou a elaboração deste orçamento, que definiu o valor da receita corrente em dez milhões oitocentos e setenta e nove mil cento e noventa euros e a despesa corrente em oito milhões duzentos e vinte e sete mil cento e oitenta e dois euros, permitem a este Executivo obter uma poupança corrente, garantir o cumprimento do princípio do equilíbrio corrente e, consequentemente, assegurar a sustentabilidade financeira desta autarquia. E, porque a proposta de orçamento é um documento em constante construção, este Município apresentará, sempre que possível, projetos às verbas comunitárias que visem o crescimento e o desenvolvimento económico do nosso Concelho. -----

----- **VÍTOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO (CDS-PP)**:- Destaca a transparência e alguma humildade que reconhece ao longo do próprio relatório. Naturalmente, que a aposta do Executivo é a de contenção da despesa e, embora a perceba, a mesma condiciona aquilo que é o próprio desenvolvimento. É uma estratégia que, naturalmente, respeita, embora gostasse de começar a ver já alguns sinais positivos sobre aquilo que é a estratégia de desenvolvimento local para o Concelho. Confessa que, da análise do enquadramento do relatório, viu dois sinais, um que sobre o qual já manifestou anteriormente total solidariedade e que tem a ver com a questão da ação social e não poderiam estar mais de acordo. Relativamente às questões do IMI creê que há poucas semanas e por proposta da própria coligação PSD/CDS, há, pelo menos, a possibilidade dos próprios Municípios poderem descer um pouco a sua comparticipação majorando aquilo que tem a ver com a dimensão das próprias famílias, isto é, uma majoração de 10% para quem tem um filho, 15% para quem tem dois e 25% para quem tem três. Confessa que Municípios como o de Amares, não estando numa situação ainda assim problemática, têm dificuldades ao nível do próprio endividamento e, portanto, comportar este tipo de medidas em Concelhos como o de Amares e face a esta situação, compreende que não é porventura fácil. Entretanto, viu outra nota e que tem a ver com o próprio desenvolvimento, pelo menos do ponto de vista do turismo e também não podiam estar mais de acordo. Hoje, creê que dos trezentos e oito Municípios que temos em Portugal poucos são os que não apostam ou não têm intenção de apostar no turismo, porque as razões são claras. Quando a economia entra em contra ciclo, aquilo que vemos, nomeadamente os territórios que têm apostado no turismo, é que cresce. Enquanto a economia decresce quem aposta no turismo vê a sua economia local a crescer e normalmente a crescer a dois dígitos. Portanto, isto leva a que todos sigam este objetivo que vê espelhado naquilo que é o relatório. A sua preocupação é ver e sentir que estes habituais chavões estão lá, mas na verdade o que é preciso é apostar num produto turístico que seja de facto comercializável, que traga turistas e visitantes e, com isto, fiquem receitas no Concelho. Mas isto obriga a um caminho e a verdade é que os chavões e os objetivos são estes, mas poucos são os Municípios que, de facto, conseguem trilhar um caminho para o sucesso. Portanto, é neste plano de atividades que sentem este objetivo e pensa que é a altura do próprio Executivo começar a trilhar o tal caminho que poderá vir a dar resultados, porque desta forma não os vão ter. Outra nota e que tem a ver com honestidade, com certeza que com muito trabalho e atenção exigível poderão captar Fundos Comunitários e sem os quais muitas dessas iniciativas não serão exequíveis e nem passarão do esboço. Isso é uma realidade e não tenham a mínima dúvida. Também é verdade que o próximo Quadro Comunitário é novo porque é diferente, mas é, de facto, esta diferença que cria uma grande complexidade. Espera que o Município não siga o caminho da apresentação de candidaturas nos modelos anteriores, porque não vão chegar a resultados. Vão ter provavelmente candidaturas que vão sistematicamente ser chumbadas, porque este Quadro é diferente. Considera que ainda bem que é diferente, pois corrige muitas das debilidades, mas obriga a que quem se candidata tenha uma perspetiva e tenha de facto uma estratégia delineada e muito bem delineada. Portanto, deixa

o desafio ao Executivo, pois é preciso que primeiramente defina e concretize esta estratégia, porque assim provavelmente conseguirão chegar a bom porto daquilo que são os fundos comunitários e, como alguém referiu, é de facto uma fatia muito grande para a Região Norte. É pena se de facto aqui em Amares não conseguirem chegar lá, porque o bolo é efetivamente muito grande. Deixou uma saudação a todos e votos de boas festividades de Natal. Manifestou a vontade do CDS-PP é com certeza de manter a estabilidade respeitando a opção que o Executivo delineou e, por isso, iriam abster-se nesta matéria, dando este sinal positivo de continuar e, fundamentalmente, apostar naquilo que é essencial para o Concelho. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**- Referiu que as intervenções feitas espelham o sentimento de cada um dos intervenientes. O orçamento é transparente, rigoroso e fosse quem fosse no poder podia fazer de forma diferente. É um orçamento para reduzir à despesa e, como já fora dito, é preciso criar condições para beneficiar do Quadro Comunitário, caso contrário sujeitam-se à gestão da despesa corrente. Tem a firme convicção que vão apostar no novo Quadro Comunitário e vão lutar arduamente como já o fizeram com o Campo de Caldelas que já foi aprovado. É este o desafio e conta com o apoio de todos. Desejou a todos um Bom Natal e que dois mil e quinze seja um ano próspero e com mais felicidade. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO UM:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM DEZASSEIS ABSTENÇÕES, APROVAR O ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015. -----**

**PONTO DOIS:- PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – LEI N.º 8/2012 DE 21/02, REGULAMENTADA PELO ARTº 12.º, DO D.L. N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27); -**

----- **AMÂNDIO JORGE DA CUNHA ANTUNES (CDU):**- Entende que o Órgão Deliberativo não deve ser posto de lado nas decisões que implicam compromissos financeiros do Executivo. É certo que a responsabilidade primeira é do Governo que, com a Lei dos Compromissos, veio criar uma situação muito grave para os Municípios e em geral para os Serviços Públicos. Mas então que reclamem a revogação da Lei dos Compromissos como PCP fez e faz. Acham errado estar a compactuar com o Governo e as práticas negativas entrando por esquemas para que "a coisa passe" se escondam e tolerem os problemas que a política do Governo cria, pelo menos todos os que acusam esta política ser ruínosa para o país devem assumir com coerência que não lhes facilitarão a vida. O voto da CDU seria contra. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO DOIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM UM VOTO CONTRA, APROVAR A AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – LEI N.º 8/2012 DE 21/02, REGULAMENTADA PELO ARTº 12.º, DO D.L. N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27).-----**

**PONTO TRÊS:- PROPOSTA RELATIVA ÀS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – ARTº 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27); -----**

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO TRÊS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – ARTº 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27). -----**

**PONTO QUATRO:- PROPOSTA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO DE VARIÁVEL NO IRS – ARTº 26.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27); -----**

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO QUATRO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, FIXAR A TAXA DE 5% COMO TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE VARIÁVEL NO IRS PRETENDIDA PELO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015 – ARTº 26.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27). -----**

**PONTO CINCO – PROPOSTA RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – ARTº 106.º, DA LEI N.º 51/2011, DE 13 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27). -----**

----- **AMÂNDIO JORGE DA CUNHA ANTUNES (CDU):-** Referiu que a questão é: as operadoras das telecomunicações ocupam o subsolo para instalação das suas redes. Os Municípios têm todo o direito de cobrar por um usufruto que vai propiciar lucros a estas entidades. Portanto, está de acordo que exista uma taxa sobre este "serviço". Mas quem a deve pagar? Obviamente as operadoras. Ora, estas têm permissão legal de repercutir nas faturas dos clientes. Recorda que são todos a pagar e não quem tire lucro para a sua atividade. Esta é a posição, da CDU e que iriam abster-se. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO CINCO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, APROVAR O ESTABELECIMENTO DE UMA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) DE 0,25% PARA O ANO DE 2015 – ARTº 106.º, DA LEI N.º 51/2011, DE 13 DE SETEMBRO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27). -----**

**PONTO SEIS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-10-27). -----**

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO SEIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO (DELIBERAÇÃO da C. M. de 2014-10-27). O documento devidamente rubricado pela Mesa fica em depósito na Divisão Económico-Financeira. -----**

**PONTO SETE – AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 133.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA: DE BARREIROS; DE BICO; DE BOURO (SANTA MARIA); DE BOURO (SANTA MARTA); DE CAIRES; DE CARRAZEDO; DE DORNELAS; DE FISCAL; DE GOÃES; DE LAGO; DE RENDUFE; DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO; DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FERREIROS, PROZELO E BESTEIROS; DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TORRE E PORTELA; DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILELA, SERAMIL E PAREDES SECAS.** -----

----- A pedido do Executivo Municipal e com fundamento do facto de se ter que algumas Juntas de Freguesia reconheceram não terem levado à Assembleia de Freguesia o assunto do Acordo de Execução, o Plenário decidiu retirar este Ponto da Ordem Dia. -----

**PONTO OITO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGOS DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA E DIVISÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS (DELIBERAÇÃO da C.M. de 2014-11-24);** -----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO (MIAP):-** Solicitou que o esclarecesse se o concurso é interno ou externo, pois, pelos documentos que leu, não ficou a perceber muito bem. O sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se tratava de um Concurso Interno. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO OITO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O SEGUINTE JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGOS DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA E DIVISÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: PRESIDENTE – DR. JOSÉ MARQUES FERNANDES (MESTRE EM FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO); 1.º VOGAL - DR. ANTERO SILVA OLIVEIRA BARBOSA FERNANDES (LIC. EM HUMANIDADES E MASTER IN PUBLIC ADMINISTRATION PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA); 2.º VOGAL – ARQ. MARIA FRANCISCA PINTO MORA PINTO DE MAGALHÃES (CHEFE DE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE URBANISMO NO MUNICÍPIO DE FAMILICÃO); VOGAL SUPLENTE – DR. MARIA CIDÁLIA DA SILVA ANTUNES (CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE AMARES).** -----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

----- Seguidamente, pelo excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi proposto que a ata da presente reunião fosse aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. A Assembleia deliberou, por unanimidade, a sua aprovação.-----

----- Sendo vinte e três horas e dois minutos e não havendo mais nada a tratar, o sr.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a presente reunião (única), da quinta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Amares, da qual se lavrou a presente Ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, que dirigiu os trabalhos, e por mim, **Rui Agostinho Gonçalves Veloso**, Técnico Superior do Mapa de Pessoal único deste Município, para tal efeito designado, que a redigi e dou fé de que tudo se passou como nela fica exarado. -----

---

Presidente da Assembleia Municipal  
(João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros)

---

O Técnico Superior  
(Rui Agostinho Gonçalves Veloso)